

Processo Seletivo de Monitoria 2024

Disciplina: Direito Processual Civil III

Os candidatos somente podem consultar LEGISLAÇÃO IMPRESSA E NÃO COMENTADA (VADE MECUM).

NÃO É PERMITIDA CONSULTA À LEGISLAÇÃO QUE NÃO ESTEJA IMPRESSA.

Questão. Laura, filha de Luiz, está doente e precisa ser internada com urgência. Mesmo assim, o plano de saúde se nega a autorizar a cobertura da internação, alegando que o contrato existente entre as partes foi celebrado há apenas 5 meses e que o período de carência para este tipo de procedimento é de 6 meses. Assim, Laura, representada por seu pai, ajuizou ação de obrigação de fazer em face do plano de saúde, para que este fosse obrigado a autorizar a cobertura da internação. Ao receber a petição inicial, o juiz indeferiu o pedido de tutela antecipada.

Diante desse quadro, responda:

- 1) Qual o recurso cabível da decisão que indeferiu o pedido de tutela antecipada, sabendo que ela não precisa de esclarecimentos sobre seu conteúdo?
- 2) A mãe de Laura poderia interpor esse mesmo recurso?
- 3) Esse recurso tem efeito suspensivo automático?
- 4) Laura precisará aguardar até o julgamento final desse recurso para receber o tratamento médico solicitado?
- 5) A decisão sobre o mérito de tal recurso deverá necessariamente ser tomada por um órgão colegiado?